

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 30 dias do mês de abril de 2015, às 08:30 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) João Batista do Amaral – suplente representante do Poder Executivo na qualidade de Presidente do CMP; 2) Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo; 3) Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo; 4) Carlos Antônio de Assumpção – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 5) Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 6) Getúlio Gonçalves Borges – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) e sua suplente Neide Maria Soriani. Pela Prefeitura Municipal de Betim – PMB o senhor Wagner Lara Braga – Secretário Adjunto de Administração; o senhor Jorge Luiz Inácio – Superintendente de Recursos Humanos e a senhora Maria Aparecida Lopes – responsável pelo Serviço de Controle de Convênios e Cessão do Servidor. Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; o senhor Raphael Fernandes Rios Prado – Chefe de Divisão Administrativa e Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pelo Presidente para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos e 3) Servidores cedidos. Através do Ofício nº 78/2015 de 27 de abril de 2015, o SindUte solicitou a inclusão do quarto item: repasses previdenciários. O Presidente do CMP em substituição, João Batista começa a reunião justificando a ausência da Conselheira Genoveva de Carvalho Soares Presidente do CMP. A discussão da pauta inicia-se pelo item 4: Repasses previdenciários. O Diretor Executivo Evandro esclarece que o repasse tem como data base o quinto dia útil do mês. E como é de conhecimento do CMP há atrasos de repasses da patronal que contabilizam até fevereiro de 2015 um valor aproximado de R\$ 50 milhões. Esclarece ainda que houve aumento de percentual na alíquota patronal de 12% (doze por cento) para 13% (treze por cento) em 2014 e para 14% (quatorze por cento) em 2015 como prevê a Lei Municipal. Ofícios de cobrança são encaminhadas à PMB com juros e correções monetárias. O conselheiro Marcelo pergunta se os parcelamentos estão sendo pagos. O Diretor Executivo Evandro responde que os parcelamentos estão em dia e lembra que caso ocorra atrasos os mesmos serão debitados diretamente do FPM – Fundo de Participação dos Municípios. O valor dos parcelamentos gira em torno de R\$ 1,8 milhões mensais. Comenta que atualmente o IPREMB tem um patrimônio líquido de R\$ 755 milhões, o que atuarialmente garante mais de 20 anos de pagamento de benefícios. Comenta ainda que em caso de insolvência do Ipreamb, a Prefeitura torna-se responsável por garantir as aposentadorias e pensões, conforme prevê o artigo 100 da lei 4.275/05. Lembra que a legislação permite aos Municípios fazerem o parcelamento em até 60 (sessenta) meses, ainda que os Conselheiros se manifestem contra. O conselheiro Weber questiona como acontece o débito no FPM. O Diretor Executivo Evandro explica que quando há atrasos o Ministério da Previdência Social – MPS, que acompanha os pagamentos, autoriza o débito do valor no FPM e faz o crédito do mesmo ao Instituto. Orienta que o CMP deve ter uma visão mais holística da situação econômica que o país, e conseqüentemente o Município, está enfrentando, tendo cautela em suas posições e ao mesmo tempo não deixando de cobrar um maior planejamento orçamentário. O Diretor Executivo Evandro apresenta e faz uma explanação do Ofício IPREMB nº 167/2015 encaminhado à Prefeitura e que informa atraso de pagamento de contribuição. O conselheiro Weber pergunta como é definido o percentual da alíquota patronal. O Diretor Executivo Evandro esclarece que o cálculo atuarial realizado anualmente aponta os percentuais. A rentabilidade da carteira de investimentos em 2014 contribuiu para que esse valor não fosse ainda maior. Encerrando o assunto o Presidente do CMP em substituição João Batista sintetiza que o que falta para os servidores é receber informações reais da Prefeitura, o que

deixaria de causar tanto desgaste. Reitera que o CMP é contra os parcelamentos ainda que os mesmos sejam legais. Próximo item de pauta: servidores cedidos. O Diretor Executivo Evandro comenta que na reunião anterior, realizada em 24 de março de 2015, os conselheiros ao analisarem o Relatório de Gestão 2014, tiveram algumas dúvidas em relação ao servidores cedidos para outros órgãos e solicitaram a presença de representantes da Secretaria Adjunta de Administração para esclarecer o fato. O Diretor Executivo Evandro apresenta o Secretário Adjunto de Administração Wagner, o Superintendente de Recursos Humanos Jorge e a responsável pelo Serviço de Controle de Convênios e Cessão de Servidores Maria Aparecida. O Secretário Wagner toma a palavra e esclarece que a situação dos servidores cedidos preocupa o Município e que o Instituto tem feito cobranças à PMB para solucionar a questão. A Gestão atual criou um serviço para tratar do assunto, concentrando as informações dos servidores dos três quadros setoriais (Administração – Geral, Saúde e Educação) e promovendo a publicação dos convênios de cessão no Órgão Oficial do Município. Informa que há duas formas de efetuar a cessão, com ou sem ônus para o órgão público cessionário. Além dessas há também os cedidos com ressarcimento. Quando o servidor é cedido sem ônus para o cessionário, o servidor continua fazendo parte da folha de pagamento da PMB. Neste caso o recolhimento acontece normalmente. Quando o servidor é cedido com ônus para o cessionário cabe ao mesmo fazer o repasse das contribuições do servidor e da patronal. Exemplifica o caso dos professores que são cedidos para o Estado para assumirem cargo em comissão de direção escolar. O Estado deve recolher e repassar a contribuição. Há um trabalho de cobrança dos repasses com os valores atualizados, incluindo a progressão na carreira e vantagens adquiridas, feito através de abertura de Processo Administrativo onde a PMB notifica o cessionário a fazer o depósito do valor devido na conta do Instituto. A responsável pelo Serviço de Controle Maria Aparecida explica que em alguns casos é complicado fazer o levantamento das informações dos servidores, pois não há registros suficientes para facilitar o trabalho. Geralmente entra em contato com o cessionário, reúne a documentação necessária, averigua os valores a serem descontados e informa ao órgão. Atualmente a Prefeitura tem 114 (cento e quatorze) servidores cedidos, sendo 70% (setenta por cento) para órgãos do Município e 30% (trinta por cento) para órgãos de outros municípios, estados e Governo Federal. O Presidente do CMP em substituição João Batista questiona o valor do montante a ser recebido. O Superintendente Jorge responde que não tem o valor exato, o trabalho está sendo concluído, porém demora, é feito manualmente e individualmente conforme a realidade de cada servidor. Aproveita para apresentar a planilha de dados dos servidores cedidos que contem as informações devidas dos valores de contribuição mensais de cada servidor. Acrescenta que também haverá uma coluna informando os valores de contribuição da alíquota patronal. Apresenta ainda uma planilha de controle dos convênios de cessão dos servidores com data de início e término da vigência de cada servidor. Por fim mostra uma planilha de controle dos servidores que tiraram licença sem vencimento e informa que a PMB irá notificá-los a comparecerem caso haja interesse em contribuir sobre o período da licença. O Diretor Executivo Evandro comenta que a Portaria nº 195 de 03 de setembro de 2014 do IPREMB regulamenta o pagamento dos valores atualizados, considerando a contribuição do servidor e a contribuição patronal, que podem ser parcelados até o mês do requerimento da aposentadoria. O Secretário Wagner acrescenta que no ato do requerimento da licença sem vencimento o servidor é orientado e preenche um documento referente a sua opção de contribuir. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila solicita ao Secretário Wagner que seja encaminhado cópia do documento ao Instituto para que o mesmo possa acompanhar os casos. A responsável pelo controle Maria Aparecida esclarece que quando o servidor é cedido ele mantém a aquisição de vantagens (quinqüênio, férias-prêmio e outros) e progressão na carreira. Reitera que o recolhimento e repasse dos valores por parte do cessionário deve incluir os novos valores e cabe ao Município informá-los sempre que houver alterações dos valores de base de contribuição. É importante também que o servidor acompanhe e questione ao órgão cessionário se os repasses estão sendo feitos. Comenta que o contrário também acontece, servidores cedidos para a PMB. Exemplifica que tem muita dificuldade em fazer o repasse ao Estado. Geralmente o Estado orienta seu servidor a pagar separadamente, mesmo constando no Convênio firmado que esta obrigação é da Prefeitura. O Município tenta fazer o repasse, mas encontra dificuldade por parte do

Estado que não fornece as informações necessárias para concretizá-lo. Comenta ainda que o Estatuto do Servidor prevê prazo máximo de quatro anos para cessão, porém há servidores que ultrapassam esse período. Uma das soluções encontradas foi renovar o convênio anualmente garantindo maior controle das cessões. Encerra o assunto reafirmando que a obrigação do repasse é do cessionário, quando a cessão é sem ônus para a Prefeitura, e a mesma deve acompanhar, informar as bases de valores e cobrar o repasse. Sem mais considerações o Presidente do CMP agradece a presença dos representantes da Prefeitura e passa-se ao próximo item de pauta: Balancete. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila apresenta o balancete do mês de março de 2015. A receita prevista para o ano foi de aproximadamente R\$ 294.800.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil reais). O valor da receita arrecadada no mês de março foi de aproximadamente R\$ 12.986.000,00 (doze milhões, novecentos e oitenta e seis mil reais), sendo a receita patrimonial, equivalente aos rendimentos, a mais significativa. O montante acumulado gira em torno de R\$ 47.684.000,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais). Ressalta em sua apresentação os valores das receitas de contribuições previdenciárias e parcelamentos. Quanto às despesas, a previsão anual é de aproximadamente R\$ 294.800.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões e oitocentos mil reais). No mês de março as despesas contabilizaram um valor aproximado de R\$ 6.364.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais), tendo um superávit de aproximadamente R\$ 6.622.000,00 (seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil reais). A maior despesa foi destinada a folha de pagamento R\$ 6.306.000,00 (seis milhões, trezentos e seis mil reais) e neste valor está incluído o repasse feito a PMB no valor de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Quanto aos Demonstrativos de Movimento Numerário, que expressa as contas de movimento e os investimentos, no início de março apresentou um saldo de aproximadamente R\$ 749.549.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta mil reais) e atualmente esse saldo é de aproximadamente R\$ 757.688.000,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais). O conselheiro Weber questiona se o Instituto presta contas de rendimentos junto a Receita Federal. O Presidente do COMINV Raphael esclarece que o Instituto, assim como demais órgãos públicos, é isento. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila lembra aos conselheiros que os balancetes serão lançados no site do IPREMB mensalmente. O Diretor Executivo aproveita para lembrar que o site sofreu ataque de hackers e que a PMB está validando a plataforma para que o mesmo volte ao ar, mas ainda não há data prevista. Comenta que haverá bimestralmente a publicação do Jornal informativo do IPREMB contendo as informações previdenciárias e que o primeiro exemplar será lançado em maio de 2015 e distribuído nos locais de trabalho. O conselheiro Marcelo pergunta se houve aumento no número de aposentadorias tendo em vista o PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria). O Diretor Executivo Evandro responde que não há um levantamento concreto, mas que 70 (setenta) servidores requereram a certidão do PIA, mas somente 12 (doze) requereram o benefício, conforme informação da Secretaria Adjunta de Administração. O conselheiro Carlos fala sobre a Lei Municipal que limita os quinquênios, onde na prática o servidor não deixa de receber apenas os 10% (dez por cento) equivalente ao mesmo, mas o cálculo real é feito percentual sobre percentual. Próximo item de pauta: Carteira de Investimentos. O Presidente do COMINV Raphael informa que o mês de março fechou com rentabilidade positiva, com o percentual aproximado de 0,88% (zero virgula oitenta e oito por cento), mas abaixo da meta prevista, 1,82% (um virgula oitenta e dois por cento). O montante acumulado é de aproximadamente R\$ 757.330.000,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e trinta mil reais). Os fundos Ima-b (títulos públicos) não renderam bem como no mês anterior. Houve aplicações e resgate em alguns fundos e exemplifica os fundos Caixa Rio Bravo FII, fundo imobiliário enquadrado em renda variável e a aplicação no Fundo Aquilla FII, também um fundo imobiliário de renda variável que possuem alta volatilidade. No mercado, é preciso tentar um equilíbrio entre renda fixa e renda variável para alcançar a meta, sendo assim o fundo que rende aquém do esperado é superado por outro de rentabilidade igual ou além do previsto. O Diretor Executivo Evandro comenta que o Comitê de Investimentos é formado por seis membros, destes, tres possuem CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA), um possui CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA) e os outros dois, que são atuários,

farão as provas para a certificação em breve. Todos são servidores de carreira e três são do quadro próprio do Instituto. Acrescenta que nos anos anteriores promoveu um curso de capacitação sobre investimentos para os Conselhos Fiscal e Municipal e que pretende fazê-lo novamente, tendo em vista os novos conselheiros. Para maior compreensão sobre os investimentos o Presidente do COMINV Raphael exemplifica que fundos Small Caps, que são fundos de renda variável que agrupam empresas de menor porte listadas em bolsa, têm seu valor de mercado conforme o momento econômico nacional e, que em tempos de ajuste fiscal, estas empresas devem sofrer mais com os preços de suas ações. Faz uma rápida explanação sobre marcação a mercado, contabilizados diariamente pelo preço efetivo de mercado, e marcação na curva, contabilizados pelo valor de compra mais a variação da taxa desde a emissão do papel até o seu vencimento. Fala sobre os fundos que estão em renda negativa e na verdade apresentam curva de rendimento “J”. Geralmente são fundos de investimentos em participações que utilizam o dinheiro investido na construção de empreendimentos e só passam a contabilizar rendimento positivo quando o mesmo está pronto para venda. Fala, ainda, sobre a operação Lava Jato que interferiu significativamente nos fundos de investimentos, pois alguns estão diretamente ligados a Petrobras, como a Sete Brasil que produz sondas de perfuração para utilização na exploração do pré sal. O Comitê busca um equilíbrio das aplicações em fundos de curto, médio e longo prazo, cujo período mínimo para resgate é de 60 meses, enfim busca o melhor investimento. O Diretor Executivo Evandro acrescenta que a meta não é uma lei, é um alvo a ser atingido e que está sujeito a intervenção de mercado nacional e internacional. A perspectiva atual para os próximos anos não são as melhores levando em consideração a economia norte americana e chinesa. Diante disso o Comitê está empenhado em não contabilizar perdas. Manter os rendimentos positivos, ainda que não alcance a meta atuarial. O Presidente do COMINV Raphael esclarece que títulos públicos a longo prazo batem metas e o cupom é depositado anualmente até a data do pagamento do principal. Sem mais considerações sobre o assunto, o conselheiro Marcelo pede uma posição sobre a construção da Sede do Instituto. O Diretor Executivo Evandro comenta que houve em 2011 a doação de 3.240m² (três mil duzentos e quarenta metros quadrados - nove lotes) por parte da PMB para a construção da Sede, porém a documentação não estava regular. A nova Gestão optou por repassar um novo terreno ainda maior com 8.000m² (oito mil metros quadrados) que está sendo avaliado para então emitir a escritura em nome do IPREMB. Quanto ao projeto, será realizado licitação e a intenção inicial é de se construir um prédio com alguns andares excedentes à necessidade do Ipremb e alugá-los. Toda a tramitação será discutida junto ao CMP. O Presidente do CMP em substituição João Batista lembra que a ata da reunião anterior foi encaminhada por e-mail para apreciação. Todos aprovam e segue a mesma para assinatura. Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

João Batista do Amaral – suplente - Presidente do CMP em substituição e representante do Poder Executivo

Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo

Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo

Carlos Antônio de Assumpção – titular representante dos servidores ativos da Educação

Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos da Saúde

Getúlio Gonçalves Borges – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Neide Maria Soriani – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes da PMB

Wagner Lara – Secretário Adjunto de Administração

Jorge Luiz Inácio – Superintendente de Recursos Humanos

Maria Aparecida Lopes - Serviço de Controle de Convênios e Cessão do Servidor

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Raphael Fernandes Rios Prado – Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o Ato